

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

Treinados para matar: limites da polícia brasileira [Trained to kill: limits of Brazilian police]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Soares,Luiz Eduardo
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-02 21:06:31
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/162515

Treinados para matar: limites da polícia brasileira

Entrevista com Luiz Eduardo Soares



Entre janeiro e outubro de 2003, o sociólogo Luiz Eduardo Soares foi secretário nacional de Segurança Pública. Foi também subsecretário de Segurança Pública e coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania no governo de Anthony Garotinho, entre janeiro de 1999 e março de 2000. Foi professor da UERJ e da Universidade Cândido Mendes. É autor de onze livros, entre eles *Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; *Pluralismo cultural, identidade e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001 e *Elite da Tropa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. É

mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ. Doutorou-se em Ciência Política pelo IUPERJ com a tese, publicada em livro, *A invenção do sujeito universal: Hobbes e a política como experiência dramática do sentido*. Campinas: Unicamp, 1995. É pós-doutor em Filosofia Política pelas Universidades de Virgínia e Pittsburgh. Foi fundador e primeiro coordenador do Núcleo de Pesquisas sobre Violência do Instituto de Estudos da Religião (ISER) em 1991, onde desenvolveu várias pesquisas até janeiro de 1995. A entrevista a seguir foi concedida à *IHU On-Line* por e-mail.

IHU On-Line - Qual é seu comentário sobre os ataques do PCC e as diversas reações na população e na mídia?

Luiz Eduardo Soares - Nosso país não respeita a Lei de Execução Penal (LEP), promulgada em 1984. Nenhum estado da federação aplica com rigor suas determinações. São Paulo tem 144 mil presos. Aproximadamente 40% da população carcerária brasileira, que hoje passa de 350 mil. Foi o estado que mais encarcerou e onde, portanto, os problemas decorrentes do descumprimento da LEP são mais graves, porque projetam seus efeitos numa escala incomparável. O desrespeito à LEP produz as seguintes consequências: (a) os presos são

misturados, independentemente da gravidade de seus crimes; (b) as penitenciárias são muito grandes, dificultando a gestão, a vigilância e a separação necessária; (c) a superlotação ultrapassa todos os limites; (d) não há o acompanhamento da situação legal dos apenados, proporcionando-lhes a progressão prevista na sentença – a realidade de São Paulo nesse sentido é assustadora: dos presos daquele estado, 38 mil estão cumprindo pena além do tempo ditado pela sentença; (e) as condições de higiene são degradantes e dramaticamente insalubres; (f) trabalho e educação são raramente oferecidos; (g) a progressão de regime freqüentemente é uma fraude, porque não há controle rigoroso do preso, no

semi-aberto e no aberto, o que enseja fugas e/ou práticas de crimes, perpetuando o retorno do egresso ao sistema, pela reincidência; (h) o egresso não é apoiado para reinserir-se na comunidade; (i) os agentes penitenciários raramente contam com escolas de formação e uma carreira, o que reduziria a corrupção e aperfeiçoaria seu trabalho. Se, de um lado, os direitos dos presos não são respeitados, de outro lado, seus deveres não são impostos e tampouco são garantidos os limites que teriam de restringir suas ações criminosas no interior e no exterior das unidades penitenciárias. Assim, temos as condições que geram a indignação e a revolta, não havendo controle sobre os meios que transformam a justa indignação em injusta e inaceitável explosão de violência. Infelizmente, a população não compreendeu adequadamente, nem a mídia divulgou corretamente, as razões da explosão. Não ficou clara a responsabilidade original do Estado. Portanto, as cobranças e o medo conduziram a opinião pública para focos secundários, como os celulares, ou para demanda por ordem autoritária, com extensão de penas e outras medidas inteiramente ineficientes e contraproducentes. Isso acabou estimulando a conversão da necessária ação policial em *vendetta*, em execuções sumárias e chacinas, inaceitáveis, as quais tornaram o Estado parecido com os criminosos, porque também perpetrador de atos ilegais, arbitrários e de terror.

IHU On-Line - Com base em sua experiência, o que deve mudar no sistema penitenciário brasileiro? Por onde começar quando se pensa em segurança urbana?

Luiz Eduardo Soares - No sistema penitenciário, o País precisa aplicar a lei que tem, a LEP, ao invés de ficar inventando novas leis sempre que surge uma crise. Se a LEP tivesse sido aplicada para valer, não estaríamos

onde estamos, hoje, sobretudo em São Paulo. Quanto à segurança pública, seria preciso que o governo federal desengatasse o plano nacional de segurança pública do governo Lula, normatizasse o SUSP¹² e enviasse ao Congresso a emenda constitucional prevista no plano, que viabilizaria uma reforma profunda nas instituições da segurança pública, estaduais e federais, envolvendo, inclusive, os municípios.

Estado e bandidos ficam parecidos

IHU On-Line- Como caracterizaria Marcola? Acha que de fato houve negociações com ele?

Luiz Eduardo Soares- Claro que houve. Mas é uma hipocrisia reagir com espanto ante esta notícia, porque o Estado negocia todo o tempo com as facções criminosas, desde a entrada dos presos no sistema penitenciário, todo ele, hoje, organizado em torno das facções. Isso tudo é lamentável. Sobretudo quando se tem a combinação entre: (1) desrespeito às leis (à LEP, basicamente) por parte do Estado; (2) negociações com os criminosos; (3) *vendetta* policial também criminosa. Todos se encontram na ilegalidade e ficam parecidos, uns com os outros, o Estado e os bandidos. Precisamos valorizar a legalidade, respeitar a democracia e a cidadania, proteger a vida, os direitos e as liberdades, e cercar com rigor os atos violentos e de terror.

IHU On-Line- Neste momento, qual seria a solução mais imediata para combater a violência?

Luiz Eduardo Soares- Seria necessário, insisto, que o governo Lula implantasse seu plano, hoje guardado na gaveta, com raras exceções quanto a certos itens muito específicos. No rastro da

¹² SUSP : Sistema Único de Segurança Pública, tem como objetivo implantar uma polícia moderna, ágil e eficiente, única maneira de reprimir a onda de violência que assola, em maior ou menor grau, todas as regiões do País. (Nota da IHU On-Line)

iniciativa do governo federal, poder-se-ia cobrar dos governos estaduais a aplicação de programas estaduais conectados com o plano federal e a implementação do SUSP. Os pontos principais prometidos no plano nacional apresentado na campanha eram: (I) a criação do SUSP, o que envolvia uma normatização infraconstitucional (e, portanto, o envio ao Congresso de projeto de lei específico) e uma série de passos práticos (o que chamávamos avanços substantivos, viáveis nos marcos legais vigentes), os quais teriam de ser negociados com os governadores, alguns, e implementados diretamente, ao nível da União, outros. Esses passos cabíveis nos marcos legais em vigor eram os seguintes: (a) criação de 27 Gabinetes de Gestão Integrada da Segurança Pública; (b) não contingenciamento dos recursos do fundo nacional de segurança e do fundo penitenciário - e ampliação de ambos, no orçamento de 2004-; (c) negociação com cada governador para que cada Estado se comprometesse a dar passos na direção da geração progressiva das condições indispensáveis ao funcionamento de um sistema único (aos níveis da formação, informação, gestão, perícia, prevenção e controle externo, e reforma do sistema penitenciário, basicamente orientado para a aplicação da LEP, lei de execução penal) - é claro que (c) depende de (b); (d) atribuição à SENASP¹³ de status especial, vinculando-a diretamente à presidência (Lula, inclusive, prometeu fazê-lo na TV Globo, no último debate com Serra); (e) subordinação da PF e da PRF à SENASP, unificando-as, progressivamente - a começar por decisões práticas de integração, que não exijam mudanças legais, até chegar às alterações legais, ao fim do processo; (f) deslocamento da SENAD¹⁴ do gabinete

¹³ Secretaria Nacional de Segurança Pública.

¹⁴ Secretaria Nacional Antidrogas

de segurança institucional para o âmbito da SENASP; (g) campanha de desarmamento; (h) apoio direto da SENASP às ouvidorias, para fortalecê-las; (i) apoio a pesquisas universitárias sobre segurança e sua utilização na aplicação de medidas práticas, integrando universidade e instituições da segurança; (j) identificação de indicadores para avaliação e monitoramento das instituições da segurança e penitenciárias - os indicadores passariam a reger a distribuição de recursos. (I) Envio ao Congresso de projeto de lei - infraconstitucional -, normatizando o SUSP. (II) O envio ao Congresso de emenda constitucional, propondo a desconstitucionalização do modelo de polícia - não dos princípios gerais -, transferindo-se aos Estados o poder de definir, em suas respectivas Constituições estaduais, o modelo mais adequado à sua realidade, preservados os direitos trabalhistas dos policiais. O envio ao Congresso da PEC teria de ser antecedido pela construção de um consenso com os governadores. Reitero: só residualmente se cumpriram as promessas. A solução para o problema da segurança deveria começar com o cumprimento dessas promessas e pela aplicação, por municípios e estados, de projetos de prevenção, dirigidos sobretudo para a juventude vulnerável, que, ante a falta de perspectivas e esperança, expõe-se ao risco de recrutamento por parte do crime.

IHU On-Line - Como descreveria as "vísceras" da instituição policial brasileira? Para que e como os policiais são preparados?

Luiz Eduardo Soares - As polícias brasileiras são muito diferentes entre si. A qualidade é muito desigual. De todo o modo, em média, elas não estão preparadas para agir com respeito aos mais pobres, em especial aos negros, reconhecendo que sua missão constitucional é preservar a vida, os

direitos e as liberdades, isto é, zelar pelo cumprimento das leis e da Constituição. Além disso, os policiais, em geral, não são suficientemente valorizados, como profissionais e seres humanos, desde os salários até a formação e o treinamento que recebem. Finalmente, faltam, às polícias, instrumentos institucionais modernos para uma gestão racional, com diagnósticos apoiados em dados qualificados, disponíveis em tempo real para os analistas, planejadores e gestores; com planejamento, identificação de prioridades e metas; com avaliação e monitoramento corretivo sistemáticos, para que os problemas sejam identificados e possam servir de ferramentas de autocorreção sistêmica. Falta valorização da perícia, cuja importância é absolutamente crucial. Falta a integração com as áreas governamentais responsáveis diretamente por políticas sociais preventivas. E falta controle externo independente, via ouvidorias fortes, com poder de investigação e mandatos. Falta também despolitizar as polícias e a segurança pública. Evitar que elas sirvam a propósitos político-partidários menores. Por isso, infelizmente, hoje, no Brasil, há tanta ineficiência policial, tanta corrupção e tanta brutalidade. Por isso, a confiança popular nas polícias foi tão seriamente abalada. No entanto, é claro que, apesar de problemas muito sérios, as polícias

gaúchas estão num patamar bem superior à média nacional.

IHU On-Line - Questões relacionadas à violência e ação policial nas cidades foram objeto de sua obra teórica, mas também ficcional. Como e por que aconteceu essa passagem?

Luiz Eduardo Soares - Nem tudo que tem de ser dito pode sê-lo, diretamente. Uma obra era impossível até existir e estender, por sua existência, os próprios limites do possível. Nosso esforço é este: estender estes limites, em nome do respeito aos direitos humanos e de uma segurança pública digna deste nome.

IHU On-Line - Como o senhor descreve o mundo policial, os homens que formam parte dele, suas relações, seus sonhos, sua violência, suas vidas? Como descreve na sua literatura as diversas vozes do meio policial?

Luiz Eduardo Soares - Há muitas vozes e diversas éticas distintas, democráticas, civilizadas, cidadãs, respeitadas das determinações constitucionais, ou bárbaras, violentas, anticidadãs, racistas, homofóbicas, misóginas e com viés de classe. Infelizmente, quando policiais são formados para a guerra, são treinados para matar, arbitrariamente, tendem a desenvolver o segundo tipo de "ética", a qual, inclusive, dificilmente poderia merecer esta denominação.